

Público

07-01-2020

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Política

Dimensão: 1962 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 12/13

O que propõem os candidatos à liderança do PSD?



Da saúde à política fiscal, passando pela governação socialista: Rui Rio, Luís Montenegro e Miguel Pinto Luz convergem nas críticas ao executivo do PS, mas afastam-se em termos de soluções

Moções de estratégia

Sofia Rodrigues

Os três candidatos à liderança do PSD – Rui Rio, Luís Montenegro e Miguel Pinto Luz – apresentam-se aos militantes do partido com moções de estratégia global que traduzem a sua visão do partido e do país. O actual líder é o que menos detalha as suas propostas em várias áreas e lembra que se mantém válida a sua moção de 2018, bem como o programa eleitoral para as legislativas. É nas críticas ao PS que os três candidatos se unem. Afastam-se nas soluções que propõem em áreas como a saúde e a justiça.

Saúde

O tema mantém-se como um dos exemplos máximos de degradação dos serviços públicos nas moções dos três candidatos, embora apresentem diferentes perspectivas para a sua solução. Depois de ter apresen-

tado medidas no programa eleitoral das legislativas que passavam, por exemplo, pelo recurso do SNS a médicos privados, Rui Rio limita-se agora a fazer o diagnóstico dos problemas no sistema.

Já Luís Montenegro e Miguel Pinto Luz avançam com propostas. O ex-líder da bancada defende medidas de natureza legislativa e fiscais para “premiar promoção de estilos de vida saudável” e a canalização do aumento da receita fiscal de “taxas negativas em curso” como a do acúcar para “potenciar os programas de literacia em saúde”. Entre outras medidas, Luís Montenegro defende a criação de condições para que “os cuidados de saúde primários a nível nacional sejam todos modelos de Unidade de Saúde Familiar, tornando prioritária a existência de médicos de família atribuídos a todos os cidadãos portugueses, se necessário com a participação integrada dos sectores social e privado”.

Miguel Pinto Luz também defende a criação de um programa nacional

de promoção de estilos de vida saudáveis, mas a maioria das suas propostas vão no sentido de uma mudança na forma de gestão do Serviço Nacional de Saúde. Além de pretender fomentar uma maior liberdade de escolha dos cidadãos, Pinto Luz quer uma participação “mais alargada de prestadores de natureza social e privada no sistema de saúde”, nomeadamente na criação de “novas entidades para a gestão das necessidades de saúde da população”.

O vice-presidente da Câmara Municipal de Cascais promete relançar a gestão privada dos hospitais públicos e pretende que os prestadores de natureza social e privada possam participar “plenamente” no sistema para garantir os melhores cuidados de saúde, “sem que isso seja obrigatoriamente feito no sistema público de saúde”.

Fiscalidade

Os três candidatos são críticos do

nível actual de carga fiscal. Rui Rio insurge-se contra o recorde, mas abstém-se de avançar com propostas concretas, nomeadamente a que inscreveu no programa das legislativas: a redução do IVA da electricidade de 23% para 6%.

Também sem quantificar nenhuma redução, Luís Montenegro quer diminuir a tributação dos rendimentos do trabalho, das pequenas poupanças e do investimento empresarial. No IVA, o ex-líder da bancada parlamentar social-democrata reafirma a eliminação da taxa intermédia, tendo como contrapartida uma redução da taxa máxima.

No âmbito da competitividade da economia, Miguel Pinto Luz propõe algumas medidas fiscais para empresas de base tecnológica com vocação internacional e defende ainda uma “discriminação positiva na fiscalidade” para o interior em nome da coesão territorial. O autarca de Cascais quer tornar a política fiscal “amiga das famílias” e propõe um sistema de redução fiscal gradual, a partir do

Rui Rio, Luís Montenegro e Miguel Pinto Luz disputam as eleições directas marcadas para sábado. Se nenhum tiver maioria absoluta, há segunda volta uma semana depois



segundo filho e em função do número de filhos por agregado familiar.

Justiça

Apontado como um dos sectores merecedores de uma reforma, a justiça recebe também um tratamento diferenciado pelos três candidatos.

Rui Rio sublinha como negativo os atrasos na área administrativa e fiscal pelos “efeitos que produzem no funcionamento da economia, na confiança dos investidores e na salvaguarda do direito dos cidadãos face ao poder coercivo do Estado”. O líder do PSD não coloca nesta moção nenhuma das suas propostas eleitorais sobre a arquitectura do sistema.

Luís Montenegro também não se pronuncia sobre este ponto e prefere fazer sugestões de ordem eminentemente prática, nomeadamente sobre a utilização de ferramentas tecnológicas para melhorar a eficácia da justiça, além de defender a retirada dos tribunais de “temas” que pos-

sam ser resolvidos fora deles, não especificando quais.

Montenegro recebeu ontem o apoio de uma militante que tem estado afastada da ribalta política e que é jurista: trata-se de Assunção Esteves, que foi presidente da Assembleia da República e conselheira do Tribunal Constitucional.

Miguel Pinto Luz é o candidato à presidência do PSD que vai mais longe em termos de detalhe nas propostas para o sector, ao defender um debate sobre uma futura revisão constitucional para discutir a “fusão da jurisdição comum com a jurisdição administrativa, com a consequente reforma e especialização interna dos tribunais”. Nessas alterações ao texto da lei fundamental, Miguel Pinto Luz propõe ainda que o Tribunal Constitucional passe a ser um verdadeiro “tribunal de direitos” e defende que a nomeação do procurador-geral da República passe a ser feita por concurso público. Esse concurso, desenvolve, seria gerido por uma comissão nomeada para o efei-

to pelo Presidente da República.

Outra proibição estabelecida na Constituição e que Pinto Luz quer eliminar é a de tribunais com “competências exclusivas para certos crimes, o que permitirá a criação de tribunais exclusivos para o julgamento de crimes de corrupção”.

Governança socialista

Os três candidatos condenam, naturalmente, as políticas seguidas pelo Governo PS nos últimos anos. Miguel Pinto Luz considera que a maioria de esquerda que governou Portugal nos últimos quatro anos conduziu o país a um “impasse global” nas dimensões “política, económica e social”, a que chama o “fardo do socialismo”. A visão de que o PS domina o Estado é bastante sublinhada na moção de Luís Montenegro, além de críticas a políticas sectoriais. Por seu turno, Rui Rio condena a falta de reformas estruturais, a maior carga fiscal de sempre e o desinvestimento nos serviços públi-

cos. O líder do PSD questiona-se, então, sobre o motivo da “continuidade” do anterior Governo PS. A resposta reside não só no apoio “efectivo” do PCP e BE ao executivo no Parlamento como na “conjuntura favorável em termos europeus e internacionais”.

O líder do PSD considera ainda que, na última legislatura, o Governo PS “construiu uma poderosa central de informação que lhe permite marcar as agendas dos órgãos de comunicação social, ocupar com intervenções planeadas ao pormenor todos os canais de informação, condicionar e estancar a informação que não lhe é favorável e montar autênticas operações de dramatização mediática cujo aparato ultrapassa tudo o que alguma vez foi observado na história da democracia portuguesa”. Como exemplo de intervenção dessa central de comunicação, Rio aponta as narrativas prevalentes sobre as chamadas crises dos professores e sobre a greve dos motoristas de camiões de

cargas perigosas, em Maio e Agosto de 2019, respectivamente.

Outros temas

Além dos temas mais clássicos que constam das moções de estratégia global, há outros que sobressaem pela singularidade. Por exemplo, Montenegro propõe que seja criado o índice de Felicidade Interna Bruta, que permita avaliar outros factores além do crescimento económico, como “estilos de vida saudáveis”, “consumo responsável”, o “equilíbrio pessoal e profissional”, “os tempos de lazer” e a “confiança nas instituições”.

Outro tema exclusivo é a defesa da convergência das pensões mínimas com o salário mínimo nacional sustentada por Miguel Pinto Luz. O candidato propõe que os mais idosos e com menos recursos sejam os beneficiários desta medida, que teria de ser compensada por outra no OE para evitar desequilíbrios.

srdriguez@publico.pt